

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE da Assistência Social (CIB) SANTA**
2 **CATARINA.**

3 ATA Nº 03 /2012

4 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e doze, às treze horas, na sala de reuniões da
5 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST-SC), realizou-se a
6 terceira Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-
7 SC) sob a coordenação de Dalila Maria Pedrini (coordenadora), representante da Secretaria
8 Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC) e com a presença dos
9 seguintes membros titulares e suplentes: representantes da SST - Dalila Maria Pedrini,
10 Carolina Marques, Jerônimo Duarte Maia, Daniela Barbosa Pacheco, e representantes do
11 COEGEMAS - Marli Nacif (Presidente), Bernadete Lucia Grisa, Arlete Baldussi Polidoro, Dalva
12 Maria de Lucas Dias. Estavam presentes representantes da Câmara Técnica e representantes
13 de outros municípios, cuja lista de presença segue anexa. A Coordenadora, Dalila Maria
14 Pedrini, iniciou a reunião desejando boas vindas a todos os presentes e em seguida
15 apresentando as novas técnicas nomeadas pelo último concurso público: Liliane Sena,
16 Letícia Ferreira, Patrícia Chaves e Valéria Medeiros. Continuando, a coordenadora
17 passou a palavra para a Secretária Executiva, Neiva Maria Passos Miguel, para efetuar
18 a leitura do Edital de Convocação, que depois de lido, foi aprovado pelos membros da
19 mesa diretora. Ainda foi apresentada a justificativa de ausência da representante de
20 Joinville (município de grande porte), Rosemeire Costa. Na sequência, a secretária
21 executiva efetuou a leitura da ata da reunião anterior, que após lida, recebeu algumas
22 propostas de alteração: da grafia para “remotos” no texto na linha 75; e alteração da
23 sigla “SST” para “Câmara Técnica”, na linha 150. Sem mais considerações, a ata foi
24 aprovada. Iniciando a discussão da pauta, a coordenadora apresentou a proposta de
25 resolução CIB/SC nº 12, que dispõe sobre a implantação de 02 (dois) Centros-dia nos
26 municípios de Joinville e Lages, caracterizado como serviço de média complexidade –
27 serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas
28 famílias. Na ocasião, a Gerente da Proteção Especial e a técnica Andréa,
29 apresentaram brevemente as orientações para elaboração do Projeto Técnico deste
30 serviço, salientando que sua elaboração e a escolha dos municípios contemplados
31 foram definidas a partir das contribuições da Câmara Técnica, do Conselho Estadual
32 do Idoso e de pesquisa de materiais relativos ao tema. Na sequência, a senhora Marli
33 Nacif, presidente do COEGEMAS/SC, comunicou que o tema já havia sido discutido no
34 período da manhã por este Colegiado, o qual apresentou algumas propostas. São elas:
35 que o atendimento no Centro-Dia seja focado para a pessoa idosa e em dois turnos;
36 que inclua os profissionais em enfermagem e educador físico ou fisioterapeuta na
37 equipe técnica desse serviço; que na estrutura física, além das salas, tenha dois
38 quartos (feminino e masculino); que cada município tenha autonomia para definir o
39 projeto arquitetônico de acordo com a sua realidade. Em relação aos turnos,
40 argumentou-se que o período foi pensado para atender também o idoso que deseja

41 freqüentar apenas alguns dias da semana ou por apenas um turno, reforçando a
42 flexibilidade de freqüência e horário, assim como ampliando a capacidade de
43 atendimento. Na ocasião, a senhora Marli acrescentou que, cada município deveria ter
44 autonomia para definir o turno de acordo com sua realidade. Sueli enfatizou que é
45 necessário fortalecer a intersetorialidade, podendo os profissionais, técnico de
46 enfermagem, fisioterapeuta ou educador físico serem disponibilizados pela rede de
47 saúde municipal. Ainda ressaltou que concorda com Marli no que se refere aos quartos
48 de descanso, mas reforçou que é importante ter a sala de descanso também para o
49 idoso, no sentido do usuário ter autonomia para escolher o que deseja fazer. Quanto ao
50 Projeto Arquitetônico, relatou que a planta básica pode se adequar ao terreno e à
51 realidade do município, porém, não pode fugir do padrão determinado. A técnica
52 Andréia, informou que a resolução nº 8 da CIB, que aprova os Centros-Dia, preconiza
53 que o público prioritário é o idoso, mas não exclui as pessoas com deficiência, podendo
54 ser contemplada também através desse serviço. Complementou, informando que
55 idosos com deficiência, com grau I e II, podem ser atendidos nos Centros-Dia. Em
56 relação ao Projeto Arquitetônico, a Senhora Dalva Dias, secretária de Florianópolis,
57 explicou que os projetos base do DEINFRA devem ser mantidos, concedendo ao
58 município o direito de ampliar ou adaptar a sua realidade. O Gerente Sidney, reforçou
59 que além da equipe técnica prevista na resolução nº 17, haja uma equipe de apoio
60 intersetorial com educador físico ou fisioterapeuta e ou técnico de enfermagem, assim
61 como inclusão do pedagogo na equipe técnica para o desenvolvimento das atividades
62 sócio-educativas e de planejamento. A coordenadora Dalila enfatizou que os Centros-
63 Dia pactuados são para pessoas idosas, entretanto, há possibilidade de atendimento
64 para pessoas com deficiência conforme normativa da CIT. Ao final de toda discussão
65 ficaram acordadas as seguintes alterações no Projeto Técnico: os Centros-Dia irão
66 atender prioritariamente a pessoa idosa e idosos com grau de dependência I e II;
67 construção de salas para descanso; construção de 2 quartos, com espaço para 6 (seis)
68 camas em cada, masculino e feminino separadamente; a coordenação do Centros-Dia
69 poderá ser ocupada por um assistente social ou psicólogo ou pedagogo; um dos
70 profissionais da equipe técnica poderá ser terapeuta ocupacional ou pedagogo, 06
71 profissionais (03 por turno), no mínimo, de nível médio do SUAS responsáveis pelas
72 atividades de cuidados pessoais e atividades socioeducativas; equipe intersetorial
73 composta por 1 técnico em enfermagem e um profissional de educação física ou
74 fisioterapeuta, da rede de saúde; horário de atendimento de oito a doze horas diárias,
75 ressaltando que o horário de permanência do usuário poderá ser flexibilizado e dividido
76 por turnos. Após, a coordenadora Dalila comunicou que os dois municípios, Joinville e
77 Lages, entregaram os documentos adequadamente, faltando apenas a planta
78 arquitetônica e que está sendo feito contato com o DEINFRA. Na oportunidade, a
79 senhora Marli levantou a preocupação no que tange ao cumprimento dos prazos por
80 parte do DEINFRA, sugerindo o estabelecimento de prazo ao referido órgão, e que, se
81 este não cumprisse, o município faria o projeto. Sobre o assunto, Daniela, gerente de

82 convênios e contratos, informou que já havia uma reunião agendada informalmente
83 entre o Secretário da SST e o DEINFRA, para o dia 31/05/2012. Ficou pactuado que
84 após a entrega da planta arquitetônica pelo DEINFRA ao município, este terá até 45
85 dias para enviar a planta finalizada para a SST. Continuando os assuntos em pauta, a
86 Comissão discutiu sobre as pendências de documentos dos municípios em relação às
87 pactuações em 2012. A coordenadora lembrou que o prazo para entrega de
88 documentos dos municípios à SST foi ampliado o máximo possível, levando em conta o
89 prazo do ano eleitoral. Na ocasião, a Gerente de Contratos e Convênios Daniela
90 apresentou a relação dos municípios que estavam com pendências, bem como os que
91 estavam em análise e os que já estavam aptos para assinar convênio. Foi ressaltado
92 que os processos dos benefícios eventuais não foram analisados, já que foi priorizada
93 a análise dos documentos dos outros serviços. Daniela comentou que 25 municípios
94 aptos estão aguardando serem contemplados com a adesão. Em seguida, a senhora
95 Claudia Regina Ferreira, gestora de Petrolândia, sugeriu que os municípios não aptos
96 deveriam ser substituídos pelos municípios que estão no aguardo, respeitando os
97 critérios e oportunizando efetivamente quem tem interesse. A senhora Marli reforçou
98 que o prazo de entrega dos documentos já foi prorrogado e que esta situação está
99 prejudicando os demais municípios e que seria importante dar oportunidade aos que
100 estão aguardando e que os municípios não aptos fossem para o final da lista de
101 espera. Referente aos CRAS, Dalila ponderou que à medida que um município desista
102 outro que está em lista de espera assume e esta lógica seja utilizada até o fechamento
103 dos 51 municípios da Lista da CIB de 2010, o que foi aceito pela mesa. Sendo assim,
104 os municípios não aptos: Alfredo Wagner, Curitibaanos, Irani e Itaiópolis não teriam novo
105 prazo para adesão, iriam para o final da lista. Nesse sentido, foi definido que Braço do
106 Norte ficaria com uma dessas vagas e outros três serão incluídos posteriormente, de
107 acordo com este critério. Sobre o mesmo assunto, Eunice da Câmara Técnica, sugeriu
108 a definição de critérios para contemplar os municípios que foram elegíveis para
109 construção de CRAS, que na primeira e segunda chamada não ficaram aptos ou não
110 aceitaram o cofinanciamento. Após discussão, os membros acordaram sobre esta
111 proposta, não estendendo o prazo para os municípios que apresentam pendências. Em
112 relação ao CREAS, os municípios de Camboriú e São Joaquim não responderam, por
113 isso foram excluídos. Já Palhoça e Campo Erê serão substituídos, por não estarem
114 aptos. Desta forma, estes municípios perderam a oportunidade para adesão, uma vez
115 que não há listagem de espera. A respeito dos serviços de média complexidade (PSE),
116 Sueli informou que, num primeiro momento, os municípios de Itajaí, Maravilha, Palhoça
117 e Xaxim, estavam com pendências quanto à documentação, além de São José, que
118 não apresentou documentação alguma. Reforçou ainda que faltavam o Projeto Técnico
119 e/ou Resolução, e lembrou que, por ser ação de cofinanciamento Fundo a Fundo,
120 alguns municípios entendiam que não se fazia necessário o envio das referidas
121 documentações. Sobre o assunto, a senhora Naldir, Secretária Municipal da
122 Assistência Social de São João Batista, recomendou que fosse respeitada a decisão do

123 COEGEMAS e CIB, pois os municípios tiveram tempo para apresentar os documentos
124 e fazer as correções. Após discussão, a comissão decidiu que os quatro municípios:
125 Itajaí, Maravilha, Palhoça e Xaxim, perderão os recursos referentes à pactuação em
126 2012, e serão enviados documentos de orientação aos gestores, incluindo São José. A
127 gerente Sueli, saiu para verificar e ao voltar informou que Itajaí e Xaxim enviaram email
128 com as correções necessárias no que tange aos serviços de média complexidade.
129 Sobre o cofinanciamento para o serviço (PSE) de alta complexidade, a representante
130 de Timbó presente na reunião, justificou que não enviaram a documentação porque a
131 instituição responsável pelo serviço tem dificuldade para manter o funcionamento com
132 os recursos disponibilizados para tal ação. Eunice, da câmara técnica, informou que os
133 municípios de Maravilha e Mafra enviaram cartas justificando o não envio da
134 documentação. Na oportunidade foi decidido que estes dois municípios receberão os
135 recursos referentes à pactuação 2012. Seguindo os assuntos em pauta, a
136 coordenadora Dalila efetuou a leitura do Ofício 169/2012, do Secretário da SST, João
137 José Cândido da Silva, referente aos repasses de recursos do FUNDOSOCIAL aos
138 municípios. O referido ofício informa que, apenas em abril deste ano, 19 municípios
139 foram beneficiados com recursos do FUNDOSOCIAL para ações de assistência social,
140 totalizando mais de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), sem
141 nenhum controle das instâncias de Assistência Social do Estado. Ainda no referido
142 documento, o Secretário solicitou que a CIB exerça papel de controle e fiscalização
143 para a adequada aplicação destes recursos, bem como, estabeleça que nas próximas
144 pactuações da CIB, estes municípios beneficiados não sejam contemplados a fim de
145 evitar duplicidade na destinação de recursos. Logo após, a senhora Dalva ponderou
146 que se deve evitar que os recursos do FUNDOSOCIAL sejam utilizados de forma
147 incorreta e que não haja a duplicidade de recursos para os municípios. Sugeriu que
148 esta questão fosse revista e que a CIB pode tecnicamente sugerir uma providência. A
149 coordenadora informou que na reunião do grupo gestor solicitou apoio da SST para
150 iniciar discussão acerca da elaboração da Lei Estadual de Assistência Social,
151 abrangendo toda política, os benefícios eventuais, os recursos para entidades,
152 inclusive os Fundos, devendo todos os recursos passar pelo FEAS, pela pactuação da
153 CIB e controle do CEAS, criar um comando único Assistência Social no estado, enfim,
154 uma lei que normatize e regule toda a Política de Assistência Social de SC. Para
155 elaborar esta lei, todas as leis existentes no estado, que dizem respeito a algum
156 aspecto desta política deverão ser estudadas, para haver uma elaboração orgânica e
157 adequada. Lembrou que há dois advogados na SST que poderão prestar assessoria ao
158 processo, e que ela e os dois foram constituídos para esta tarefa. Sugeriu que a CIB
159 poderia indicar alguém da Câmara Técnica para contribuir. A senhora Marli sugeriu a
160 emissão de documento de orientação a respeito dos trâmites para alocação dos
161 recursos, pois enquanto a CIB pactua e segue todos os procedimentos legais para
162 promover a equidade na partilha de recursos, outros municípios recebem recursos sem
163 nenhum critério. Na ocasião, a senhora Janice, Presidente do Conselho Estadual de

164 Assistência Social (CEAS) informou que levaria tal assunto ao conhecimento dos
165 membros do CEAS. Sobre o assunto, a coordenadora Dalila sugeriu que fosse
166 realizado cruzamento de dados entre a lista de municípios beneficiados pelo
167 FUNDOSOCIAL no que se refere à Assistência Social e os municípios beneficiados
168 com recursos do FEAS, a fim de verificar a duplicidade de repasses. Ao final da
169 discussão, foram definidas três propostas a serem realizadas: 1. Elaboração da Lei
170 Estadual de Assistência Social; 2. Elaboração da Carta de Orientação a ser
171 encaminhada ao presidente do Conselho Deliberativo do FUNDOSOCIAL, ao
172 Governador de Estado, às SDR's, e cópia para conhecimento ao CEAS; 3. Elaboração
173 de Planilha, comparativa, de hoje em diante, com nome dos municípios e o valor de
174 repasse de recursos do FUNDOSOCIAL, data a partir deste ofício do secretário, para
175 não haver duplicidade de recursos para o mesmo município. Seguindo a pauta, a
176 coordenadora voltou a informar sobre o PRONATEC, destacando que o referido
177 programa atende preferencialmente as famílias beneficiadas do Programa Bolsa
178 Família e que os cursos serão executados pelo Sistema "S" e Institutos Federais.
179 Informou, ainda, que pela pactuação da última CIT, serão favorecidos com recursos do
180 Fundo Nacional de AS os municípios que conseguiram inscrever mais de 200 cursistas,
181 com recursos do ACESSUAS Trabalho, apoiando assim estes municípios no seu
182 trabalho de mobilização e acompanhamento aos cursistas. Passou a palavra ao Diretor
183 do Trabalho e Renda, Edilson o qual relatou que as oficinas regionais já foram
184 realizadas em Florianópolis, Lages, Pinhalzinho, Caçador e Joinville. Na próxima
185 semana será realizada em Tubarão. Segundo Edílson, estas oficinas têm o intuito de
186 possibilitar o levantamento da demanda real dos municípios em relação aos cursos.
187 Edílson lembrou, ainda, que os vinte municípios que aderiram após as oficinas também
188 receberão orientações. Edílson informou que iriam realizar na próxima semana rodada
189 de negociações com Sistema "S" e Institutos Federais. Reforçou, ainda, que a SST terá
190 conversa com Sistema "S" e Institutos Federais sobre a questão das dificuldades que
191 estas instituições colocam para execução dos cursos. Janice Anacleto de Jaraguá do
192 Sul, propôs reunião conjunta entre gestor do PRONATEC e as unidades de ensino para
193 definição de demanda e planejamento das ações, que podem ser pensadas em médio
194 prazo. Edílson comentou que pretendem estimular mais a participação dos Institutos
195 Federais na execução dos cursos, pois esta instituição tem capacidade para promover
196 extensão. Informou, ainda, que as inscrições de usuários poderão ser realizadas nos
197 CRAS até dia 15 de julho de 2012. Sobre o assunto, a senhora Marli relatou sobre o
198 problema da oferta do lanche/transporte pelo SENAC, reforçou que enquanto este
199 problema permanecer, apenas ofertará cursos do SENAI. A senhora Dalila e o senhor
200 Edílson irão repassar esta situação ao Secretário da SST. Foi apresentado o próximo
201 assunto: Programa Crack "É possível vencer". Nesse momento, com a chegada do
202 Secretário da SST João José Cândido da Silva, cumprimentou os presentes e relatou
203 que não houve tempo para realizar reunião prévia com CEAS e CIB para informar que
204 a SST assumiria a responsabilidade da gestão deste programa em SC. Informou que o

205 Governador solicitou que a SST assumisse a coordenação do Programa no Estado, e
206 que está ciente sobre o desafio da intersetorialidade. O Secretário informou que o
207 programa prevê um orçamento de 4 bilhões de reais para o país, mas que não foi
208 definida a quantia a ser destinada a Santa Catarina. Afirmou que tudo que for
209 assumido na área da Assistência Social será pactuado na CIB e aprovado pelo CEAS.
210 Lembrou que, primeiramente, a capital será contemplada com o programa e
211 negociações para que posteriormente façam parte também São José, Biguaçu e
212 Palhoça, pois a situação é comum a estes municípios e que só um trabalho com este
213 conjunto surtirá resultados. Sobre o programa, a senhora Dalva ponderou que em
214 Florianópolis, a Secretaria Municipal de Assistência Social ficará na retaguarda, por
215 entender que se trata de um programa predominantemente da política de saúde. Frisou
216 que devido à falta de terrenos no município para construção de equipamentos novos,
217 realizarão a ampliação e reforma dos já existentes. Lembrou, ainda, a insuficiência de
218 profissionais no quadro de Recursos Humanos. Também ressaltou a ausência do
219 Ministério do Trabalho no Programa. O Secretário contra-argumentou que existe
220 terreno no bairro Vargem Grande em Florianópolis para construção e que teria que
221 negociar com a Secretaria de Saúde do município. Em relação à política de trabalho,
222 mencionou que a SST contemplará as ações desta política. Dando continuidade a
223 reunião, a coordenadora Dalila repassou alguns informes: a) eleições para membros da
224 sociedade civil no CEAS (4 vagas para representantes de entidades da Assistência
225 Social, três vagas para usuários e duas vagas para trabalhadores) a ocorrer no dia 14
226 de junho de 2012, às 14 horas, na SST. Incentivou à divulgação e participação; b) os
227 recursos acumulados pelos municípios recebidos do Fundo Nacional de Assistência
228 Social, deverão ser gastos o mais breve possível. Pois a partir de 2013, será mais difícil
229 a reprogramação; c) informou ainda sobre as pendências de prestação de contas da
230 SST - Assistência Social, dos anos anteriores: de 2009 uma parte teve que ser
231 devolvida, pois não foram gastos e não havia mais o que fazer. Serão
232 responsabilizados os responsáveis de então; e em 2010, a prestação de contas foi feita
233 agora e ficou de acordo. Foi informado que o secretário formou comissão com três
234 servidores, por meio de portaria, para apuração do uso dos recursos do FEAS dos
235 anos anteriores. Encerrando a reunião, a senhora Marli convidou a todos para
236 participar da 24^o Festa Nacional do Pinhão, que ocorrerá de 01 a 10 de junho, em
237 Lages. Nada mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB/SC,
238 lavrei a presente ata